



Ministério da Economia
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº 19647.013203/2004-21
Recurso Embargos
Acórdão nº 1302-003.738 – 1ª Seção de Julgamento / 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 17 de julho de 2019
Embargante HIPERCARD ADMINISTRADORA DE CARTÃO DE CRÉDITO LTDA.
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Exercício: 2001, 2002, 2003

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO E OMISSÃO. ACÓRDÃO E VOTO. MULTA ISOLADA. CONCOMITÂNCIA COM MULTA DE OFÍCIO. SÚMULA CARF Nº 105

Verificada a contradição entre a parte dispositiva do acórdão e o voto condutor, cumpre afastar a contradição e conferir ao texto a necessária coerência. Verificada, ainda, omissão com relação ao afastamento de multas isoladas, sobre o qual houve consenso na Turma, por ocasião do julgamento do recurso voluntário, cumpre retificar e complementar o voto condutor.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em conhecer dos embargos e acolhê-los, sem efeitos infringentes, nos termos do relatório e voto do relator.

(documento assinado digitalmente)

Luiz Tadeu Matosinho Machado - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Rogério Aparecido Gil - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Paulo Henrique Silva Figueiredo, Gustavo Guimarães da Fonseca, Ricardo Marozzi Gregório, Rogério Aparecido Gil, Maria Lúcia Miceli, Flávio Machado Vilhena Dias, Breno do Carmo Moreira Vieira (Suplente convocado) e Luiz Tadeu Matosinho Machado (Presidente).

Relatório

Trata-se de embargos de declaração da contribuinte face ao acórdão nº 1302-002.712, de 10/04/2018, desta 2T3C1S, cujo despacho de admissibilidade (fls. 1216/1219), admitiu somente a primeira e a terceira alegações de omissão e contradição, ficando a terceira alegação rejeitada definitivamente. As alegações admitidas foram as seguintes:

1ª. contradição: “embora conste da parte dispositiva do acórdão o provimento integral do recurso voluntário, o penúltimo parágrafo do voto registra o provimento apenas parcial, com a manutenção das multas isoladas de 1999, 2000, 2001 e de janeiro e fevereiro de 2002, as quais inclusive estão sendo exigidas pela Delegacia de origem”;

3ª. omissão: “quanto aos argumentos apresentados pela ora embargante nos itens I e II de seu recurso voluntário, onde se questiona (i) a impossibilidade de exigência concomitante de multa isolada e de multa de ofício, bem como a impossibilidade de lançamento de multa isolada após encerrado o ano-calendário, e (ii) o cerceamento do direito de defesa perpetrado pela fiscalização ao considerar como não pagos valores efetivamente compensados (e-fl. 294 e ss.)”;

É o relatório.

Voto

Conselheiro Rogério Aparecido Gil, Relator.

Na forma já verificada no despacho de admissibilidade os embargos de declaração do contribuinte são tempestivos. Conheço dos embargos.

Registrou-se no acórdão embargado o fato de que as **multas isoladas que remanesceram** nestes autos e que foram consolidadas em quadro específico no Relatório Fiscal de Diligência (fls. 1129/1136), relativas aos períodos: 1999 a 2001, e janeiro e fevereiro de 2002, seriam restritas à infração descrita no item 4.2 do Termo de Verificação Fiscal objeto do processo nº 19647.013201/2004-31. Em relação ao período de março a dezembro de 2002 e janeiro a dezembro de 2003, o Relatório de Diligência Fiscal concluiu que não havia débito remanescente.

Nesse contexto, a Turma concluiu por dar provimento ao recurso voluntário, não somente no que diz respeito aos débitos relativos a esse último período mencionado (março a dezembro de 2002 e janeiro a dezembro de 2003), mas também para afastar as multas isoladas relativas a 1999 a 2003, com base nas disposições da Súmula Carf nº 105.

Assim, assiste razão à embargante, quanto à **contradição** entre a decisão por dar provimento ao recurso voluntário e a parte final do **penúltimo parágrafo do voto condutor**.

Também assiste razão à embargante, quanto à **omissão** relativa às **multas isoladas** (estimativas de CSLL recolhidas a menor) **referentes aos anos calendário 1999, 2000, 2001 e janeiro e fevereiro/2002**, tendo em vista que, a decisão da Turma foi no sentido de afastar as multas isoladas, com base na Súmula Carf nº 105.

Portanto, para que haja coerência entre os referidos textos e por todo o exposto, voto por acolher os embargos de declaração, sem efeitos infringentes, para que a parte final do voto condutor passe a apresentar a seguinte redação:

Diante de tal decisão e em cumprimento à referida Resolução nº 1102.000.162, a DRF recalculou as multas isoladas (Anexo I do Relatório de Informação Fiscal, fl. 1133), a partir das bases de cálculo ajustadas com base na decisão do CARF. Registrou-se que, foram consideradas as estimativas pagas e/ou compensadas, bem assim as glosas indicadas no referido Relatório de Diligência Fiscal.

O Anexo II (fl. 1134) do Relatório de Diligência Fiscal demonstrou que, somente remanesceu CSLL a pagar e respectivos encargos, em relação a 1999, 2000, 2001 e janeiro e fevereiro de 2002, os quais se referem ao referido Proc. 19647.013.201/2004-31, em relação ao qual houve o citado pedido de desistência total.

Para demonstrar que, não sobejou infração para março a dezembro/2002, nem mesmo para 2003, a DRF apresentou o quadro constante do Anexo III (fl. 1135), reproduzido no final do relatório retro transcrito, no qual consolidou o resumo das bases de cálculos da CSLL e multas isoladas correspondentes, compreendendo as apurações produzidas no curso do presente processo.

Dessa forma, há que se dar provimento ao recurso voluntário, afastando-se também as multas isoladas referentes aos anos calendário 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003, com base nas disposições da Súmula Carf nº 105, *verbis*:

Súmula CARF nº 105

A multa isolada por falta de recolhimento de estimativas, lançada com fundamento no art. 44 § 1º, inciso IV da Lei nº 9.430, de 1996, não pode ser exigida ao mesmo tempo da multa de ofício por falta de pagamento de IRPJ e CSLL apurado no ajuste anual, devendo subsistir a multa de ofício.

Por todo o exposto, voto por ACOLHER os embargos de declaração, sem efeitos infringentes, suprimindo a contradição e a omissão, nos termos acima.

(documento assinado digitalmente)

Rogério Aparecido Gil